A NECESSIDADE DE DESTRAVAR A (BIO)ECONOMIA

TALITA PRISCILA PINTO*

Catalisadora para a transição verde, a bioeconomia é fundamental na integração de práticas econômicas com a conservação ambiental e o uso eficiente dos recursos naturais. Para ser efetiva, a bioeconomia precisa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Além dos financiamentos com origem em órgãos públicos e fundos internacionais, o setor privado desponta como uma fonte alternativa crescente. Porém, flutuações cambiais e incertezas políticas têm dificultado a atração de capital. Há, também, uma notória desigualdade no acesso ao financiamento entre grandes empresas e pequenos agricultores. Nesse sentido, a colaboração entre Governo, setor privado e sociedade civil mostra-se crucial para superar os gargalos associados.

A BIOECONOMIA emerge como uma abordagem fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, integrando práticas econômicas com a conservação ambiental e o uso eficiente dos recursos biológicos. Trata-se, assim, do mecanismo catalisador para a transição verde.

O Brasil conta com um grande potencial devido à sua vasta biodiversidade e à abundância de recursos naturais. Os projetos de bioeconomia no País incluem desde a produção de biocombustíveis até a utilização de resíduos agrícolas para a geração de energia e a criação de novos materiais a partir de biomassa. Para que haja um desenvolvimento sustentado nas suas diversas áreas e mais amplas vertentes – bioecologia, biorrecursos e biotecnologia –, a bioeconomia requer investimentos significativos em pesquisa, desenvolvimento e implementação de novas tecnologias. Para isso, mecanismos de financiamento robustos e bem estruturados são essenciais. No caso brasileiro, há várias fontes de financiamento, que incluem programas governamentais nacionais, fundos internacionais e investimentos privados.

Para se desenvolver com sustentabilidade em suas mais amplas vertentes – bioecologia, biorrecursos e biotecnologia –, a bioeconomia requer investimentos consideráveis em pesquisa, desenvolvimento e implementação de novas tecnologias.



SHUTTERSTOCK

DESAFIOS PARA AS DIFERENTES FONTES DE FINANCIAMENTO

Os mecanismos nacionais e regionais são essenciais para apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a implementação de tecnologias inovadoras. No Brasil, existem, por exemplo, programas específicos para apoiar a bioeconomia, como os oferecidos pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entretanto, esses programas enfrentam desafios significativos relacionados à burocracia e à alocação eficiente de recursos.

Bancos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também são fontes importantes de financiamento voltadas para projetos de bioeconomia. Esses organismos oferecem grandes volumes de financiamento, mas contam com requisitos de elegibilidade e processos de aplicação que podem ser complexos e morosos.

A cooperação internacional configura-se como relevante nesse contexto. Aqui, cita-se a parceria entre o Brasil e a Alemanha. Fundos desse tipo são relevantes para a transferência de tecnologia e conhecimento, mas, frequentemente, dependem de agendas políticas que podem não estar totalmente alinhadas com as necessidades locais.

O setor privado tem se revelado uma fonte alternativa crescente de recursos. O desafio vem da incerteza regulatória e da falta de um histórico de sucesso comprovado gerando camadas adicionais de percepção de risco aos investidores. Além disso, a maior instabilidade econômica em países em desenvolvimento, como o Brasil, cria um ambiente desfavorável para investimentos de longo prazo – necessários para financiar atividades bioeconômicas. Flutuações cambiais e incertezas políticas aumentam os riscos percebidos pelos investidores, dificultando a atração de capital para o Brasil.

BARREIRAS DE ACESSO AO FINANCIAMENTO

Se, por um lado, a oferta de recursos é menor em países em desenvolvimento; por outro lado, há uma maior demanda por infraestrutura tecnológica. O custo inicial de se desenvolver, manter e ampliar laboratórios avançados, equipamentos de pesquisa e capacidade técnica também é maior e se configura como uma possível barreira limitante ao progresso do desenvolvimento biotecnológico.

Há, também, uma desigualdade significativa no acesso ao financiamento entre grandes empresas e pequenos agricultores ou *start-ups*. As grandes frequentemente têm mais facilidade para acessar recursos, enquanto os pequenos atores enfrentam dificuldades significativas. Uma maior coordenação entre os setores público e privado resultaria em esforços menos fragmentados e uma menor sobreposição de iniciativas.

Mais uma vez, para superar esses desafios, é fundamental que os governos implementem políticas econômicas estáveis e previsíveis para criar um ambiente mais favorável aos investimentos de longo prazo.

Além disso, é essencial aumentar os investimentos em infraestrutura tecnológica e científica, por meio de parcerias público-privadas que possam desenvolver laboratórios, centros de pesquisa e capacidades técnicas. A simplificação dos processos burocráticos e regulatórios é igualmente importante. Governos e instituições de financiamento devem trabalhar para simplificar os processos, criando um balcão único para aplicação e reduzindo requisitos desnecessários.

Desenvolver programas de financiamento especificamente voltados para pequenos agricultores, *start-ups* e comunidades locais pode ajudar a reduzir a desigualdade no acesso aos recursos. Fundos de microfinanciamento e subsídios específicos são estratégias eficazes para apoiar esses grupos. Novamente, parcerias público-privadas, com governos facilitando plataformas de cooperação e diálogo entre diferentes atores, permitem o alinhamento de estratégias e a otimização da alocação de recursos.

Investir em programas de educação e capacitação é uma forma de ampliar a competência técnica e gerencial dos atores envolvidos na bioeconomia, incluindo treinamento em gestão de projetos, conformidade regulatória e desenvolvimento tecnológico.

Oferecer incentivos fiscais e subsídios para projetos de bioeconomia pode estimular a inovação e o desenvolvimento sustentável. Isenções fiscais para investimentos em pesquisa e desenvolvimento e subsídios para projetos que promovam a sustentabilidade ambiental são passos importantes para criar um ambiente propício ao crescimento da bioeconomia.

Por fim, trata-se de um caso em que a colaboração entre Governo, setor privado e sociedade civil se mostra fundamental. Para alcançar e aprimorar todos os pontos listados, a saúde econômica do País é o fator-chave e dominante. Só assim, será possível implementar soluções que teoricamente maximizarão o potencial da bioeconomia brasileira e ampliarão a promoção de um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, ao mesmo tempo que permitirão a preservação e a valorização dos recursos naturais e ambientais do Brasil. ■

Apenas com foco na saúde econômica do País, por meio da colaboração entre Governo, setor privado e sociedade civil, será possível implementar soluções que podem ampliar o alcance da bioeconomia e da promoção de um desenvolvimento sustentável.

*Coordenadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)